

Uma linha transversal na política comunista europeia do PCI e PCP

A transversal line in the European communist politics of PCI and PCP

Rodrigo Ismael Francisco Maia¹

Resumo

Este artigo tem o objetivo de compreender as relações entre o Partido Comunista Italiano (PCI) e o Partido Comunista Português (PCP) a respeito do processo de integração europeu que culminou na União Europeia (EU), destacando a conexão entre a política interna e externa nas estratégias dos partidos já no final dos anos 1980. Na Itália e em Portugal, a instauração do regime democrático fazia parte da estratégia dos dois PCs, os quais possuíam amplas bases nas classes trabalhadoras. Porém, o estancamento das auto-organizações das classes trabalhadoras e o fim dos processos de efervescência social levaram à normalidade democrática e à internacionalização das economias, liberalizando-as. O PCI, promovendo sua particular via italiana ao socialismo, colaborou com a formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), o PCP que inicialmente a recusava, passou a tomá-la como fonte de benefícios em defesa da democracia. O desenvolvimento social da CEE foi desigual e combinado, no qual os países passaram a fazer parte do mercado comum ao mesmo tempo em que a fragmentação assolava o mundo do trabalho.

Palavras-chave: Partido Comunista Italiano; Partido Comunista Português; União Europeia.

Abstract

This Article aims to understand the relationships between the Italian Communist Party (PCI) and the Portuguese Communist Party (PCP) about the European integration process which culminated in the EU, highlighting the connection between domestic and foreign policy in strategies the parties. In Italy and Portugal, the establishment of the democratic system was part of the strategy of the two PCs, which had broad-based in the working class. The stagnation of the self-organization of the working classes and the end of social unrest processes have led to democratic normality and the internationalization of economies, liberalizing them. The PCI, promoting their particular Italian via to socialism, collaborated with the formation of the European Economic Community (EEC), the PCP that initially refused, began to take it as a source of benefits in defense of democracy. The EEC's social development was uneven and combined, in which countries became part of the common market at the same time the fragmentation ravaged the world of work.

Keywords: Italian Communist Party; Portuguese Communist Party; European Union.

Introdução

O 25 de abril é uma data importante na Itália e em Portugal, significou a liberação da Itália do regime fascista e da ocupação nazista, significou a derrubada da ditadura fascista em Portugal. Tanto o Partido Comunista Italiano (PCI), como o Partido Comunista Português (PCP) foram importantes e ativos agentes das classes trabalhadoras de seus respectivos países. A esquerda comunista, que aqui metodologicamente é reduzida à figura de dois partidos, passou por experiências difíceis que colocaram à prova suas estratégias. Na *guerra de posição* travada no

¹ Mestre em Ciências Sociais, Unesp/Marília.

espaço da Comunidade Econômica Europeia (CEE), o PCI e o PCP tiveram ações distintas e resultados ainda mais diferentes. A proposta aqui é refletir sobre a dinâmica dos dois partidos no âmbito da processualidade formativa do espaço europeu.

A formação da União Europeia foi um processo complexo, uma obra gigante e plural. A disputa de forças internas ao projeto europeu foi também um aspecto central na transição de uma Comunidade europeia basicamente econômica para uma integração social pautada em direitos humanos e numa economia integrada. Foram vários os passos do processo integrativo: dos tratados constitutivos de Roma em 1957, passando pelas derrotas das tentativas de integração político-militar, até os tratados ampliadores do espaço comunitário e solidificação de uma base social comum nos anos 1990.

No final dos anos 80, a desintegração do movimento comunista internacional foi uma consequência e resultado do modo pelo qual era organizado o movimento das classes trabalhadoras. A referência internacional do socialismo não podia mais esconder sua crise estrutural e sua distância na transição ao socialismo. Nos países capitalistas a reestruturação do trabalho avançava conflituosamente. Os PCs não permaneceram inertes às transformações no *mundo do trabalho*, e assumiram posições diversas e também souberam inovar a partir da disputa de forças nos embates em tempos de reestruturação do trabalho. Uma das inovações foi a política *eurocomunista*, uma clara rejeição ao stalinismo, mas sobretudo às formas organizativas de partido. Mas houve também quem rejeitou a inovação, e com radicalidade persistiu no marxismo-leninismo, ainda que sem as degenerações praticadas dentro do regime soviético.

Tanto a inovação como a persistência levaram os dois PCs à *derrota ideológica*, à impossibilidade de reverter o isolamento. Continuaram, mesmo assim, como oposição, como ponto de referência para as classes trabalhadoras. Não se trata de um mal menor, pois continuaram a ser partidos que ainda promoviam ao menos a propaganda anti-capitalista e eram portadores de uma história de resistências.

A atuação do PCI e do PCP no cenário europeu não podia se dar sem a aceitação de que a realidade democrática e a forma política defendida por eles incluía a presença de outros partidos, de outras forças políticas organizadas. O modelo único de partido e o socialismo num só país eram expressões da mesma coisa, e os resultados da estratégia soviética foram a restauração burguesa, ao invés da transição socialista. A derrota da revolução bolchevique foi anterior à desintegração da URSS, mas essa última foi um aporte enorme para o conjunto da crise do movimento comunista, foi uma *derrota política* de proporções históricas, que se verifica ainda na prática.

A via do PCI na Comunidade Europeia

Saída do fascismo com intervenção militar dos Estados Unidos ao sul do país e com as lutas dos *partigiani* ao norte, a Itália passou da monarquia à república através de um referendun e teve sua forma política democrática edificada com o apoio dos comunistas. Toda a Europa ocidental já havia sido deixada à esfera de influências dos Estados Unidos desde as conferências de Yalta e Potsdam, e a forma política democrática se combinou com o liberalismo econômico. Dentro desse quadro é que o PCI atuou flexivelmente ao longo dos anos de reconstrução pós-guerra e também nos anos de crescimento de ouro e crise estrutural elaborando táticas atualizadas e em consonância com sua estratégia de revolução democrática nacional dentro da política internacional de coexistência pacífica.

O movimento político pela formação de uma Comunidade Europeia era muito plural desde o fim da II Guerra, e era também um projeto dos comunistas. Lênin e também Trotsky falavam de uma União Europeia socialista. Mas o contexto efetivo dos primeiros passos da integração econômica não tinham em seu meio o mote ideológico do socialismo como uma força política decisiva. A situação se agravou para os comunistas após as ocupações soviéticas na Hungria e Tchecoslováquia. A força dos PCs ocidentais também sofreu fraturas com os processos de desestalinização – uma descontinuidade foi operada no PCI buscando adequar o partido às necessidades da Itália e da Europa. Desse modo o PCI que até então refutava a constituição de um bloco econômico de caráter imperialista passou a não oferecer mais uma forte oposição à CEE (MORELLI, 2011; AGOSTI, 1999).

O PCI foi o primeiro partido comunista a ter representação no parlamento europeu, fato decorrente do PCI passar a compreender que as conquistas e lutas significavam um caminho *progressivo* ao socialismo, compreensão que se expressou na ideia da *democracia progressiva*, que cada vez mais se tornou um compromisso institucional do PCI com as outras forças, como o PSI e a DC. Uma nova reformulação do conceito de revolução foi formulada, de modo que já estava superada e excluída qualquer ideia de obtenção de um salto qualitativo para o socialismo ou de transformação do país sob a direção das classes trabalhadoras².

A defesa do espaço europeu como a conformação de uma base econômica internacional que garantia um welfare às classes trabalhadoras italianas rendeu ao PCI a possibilidade de *fazer*

² “Già all' XI Congresso, nel 1966, il PCI cominciò a guardare con occhio diverso alla costruzione dell'Europa, vedendovi da un lato uno strumento di rottura della contrapposizione tra i due blocchi, e dal l'altro assegnando al processo di integrazione sovranazionale una prospettiva socialista” (AGOSTI, 1999: 98).

política e de participar de dentro dos debates institucionais da CEE em tempos de prosperidade e também de crise, como na crise dos anos 1970. Assim, em 1975, o dirigente Enrico Berlinguer deu continuidade ao processo de mudanças da estratégia que vinha desde Togliatti e assumiu em definitiva que o socialismo italiano era de novo tipo, e que as vias que o PCI assumia para o comunismo eram independentes da URSS – era a proclamação do *eurocomunismo* como política comum com os PCs da Espanha e França. Foi uma aliança e uma política limitada, que após à morte de Berlinguer não conseguiu sustentar um avanço efetivo na política eleitoral e na relação com as massas, um declínio consonante à crise internacional do movimento comunista (LIGUORI 2009).

Tal como pregavam os partidos de centro e as forças federalistas, intergovernamentais e outras, dentro da CEE, no contexto nacional e também dentro do espaço soviético o PCI indicava a defesa do pluralismo e a abertura política, das liberdades individuais e o desenvolvimento democrático – nos limites da *coexistência* o PCI assim se declarou no XXV Congresso do PCUS (BERLINGUER, 2013). Mas o contexto interno da política governamental e estatal da Itália era de decadência e de profundo caos que impediam uma continuidade da defesa de alianças plurais com os partidos da ordem (PSI e DC) – elementos históricos da política italiana que foram caracterizados por Antonio Gramsci como a *plutocracia*, isto é, grupo no poder que busca combinar novas formas econômicas com uma anacrônica estrutura política-social (GRAMSCI, 1975).

Ano	Número militantes
1956	2035353
1966	1575935
1976	1814262
1986	1551576
1990	1264790
1991	989708

Tabela 1: número de militantes inscritos no PCI após a II Guerra.

Fonte: www.cattaneo.org/archivi/adele/iscritti.xls

Nos anos 1980, o PCI era ainda um partido com um significativo número de militantes inscritos numa sociedade em que a industrialização e a fragmentação do trabalho eram elementos generalizados e na qual a crise do sistema de partidos e do Estado seriam irreversíveis e imprescindíveis de uma reforma profunda. Nos debates anteriores ao Congresso do PCI de 1990 as diferenças internas já tinham se formado: Armando Cossutta alertava que a mudança no PCI seria

uma perda de consenso com aqueles que desejavam a continuidade do nome e dos aspectos comunistas, mas Achille Occhetto e Alessandro Natta declaravam que não havia oposição dentro do PCI. Mesmo as partes que não aceitavam diretamente a mudança oficial do PCI estavam abertas às discussões políticas, sendo que dirigentes, como o líder do PCI no Parlamento europeu Gianni Cervetti, via que realizar as mudanças sob pressão poderia ser algo prejudicial e que escondesse objetivos outros. Outros dirigentes, como Gianfranco Borghini, viam que a forma e o conteúdo já não se correspondiam no PCI .

As mudanças ocorriam também a respeito da perspectiva internacional, e era prevista a entrada do PCI na Internacional Socialista para a conformação de um único grupo da esquerda reformista no Parlamento Europeu. Na mesma linha de mudança estava também o POUP, o Partido comunista polaco, com a proposta de passar a ser socialista. Outros fatores contribuíam para a decadência do nome *comunista*, como a violenta ação do Estado chinês contra os protestos em Pequim e muitas outras cidades. Consequentemente, era comum a ideia de continuidade das lutas democráticas, inclusive com expansão à um nível internacional num momento em que os regimes soviéticos iam à falência.

Craxi surpreendeu e realizou a mudança de nome também no PSI, que passou a ser *Unità Socialista*. A mudança no PSI também foi contestada pelo grupo dirigente, e caracterizada como uma tentativa de reverter a imagem que o partido adquiriu no decorrer de anos de casos de corrupção e envolvimento com diversas mafias do país e do exterior sem alterar seu conteúdo. De fato, diversas mudanças estavam ocorrendo e a transformação na URSS era um dos catalisadores, sendo vista até mesmo como o fator essencial para a conformação do PCI ao reformismo.

Se combinava à isso um novo impulso para a criação de instituições *políticas* europeias, para além da CEE, Euratom e Ceca o que levou ao debate sobre a criação de um espaço livre de fronteiras (espaço *Schengen*), ao estabelecimento do parlamento europeu com voto direto nos países da comunidade, à Cooperação política entre os Estados, à uma cooperação jurídica, aos conflituosos esforços de política externa comum e à efetivação da união econômica a partir de um patamar mínimo de estabilidade e desenvolvimento dos países para o uso de uma moeda comum (MORELLI, 2011).

A degeneração e o suicídio

Diante da falência não só do sistema soviético, como também diante da crise no sistema político italiano, a luta pela construção da União Europeia apareceu como uma oportunidade de

aprofundar aspectos democráticos na sociedade, ainda que pela via das reformas. Assim, problemas de balanços de pagamentos, de financeirização, inflação, etc., foram assumidos como pautas dos comunistas, os quais contribuíram com a consolidação do Ato Único Europeu, de 1986, que completou a liberdade de capitais em consonância com as reformas neoliberais em andamento em diversos países, o que contribuiu também com o Tratado da União Europeia em 1992, em Maastrich³ (GIOIELLO, 2013: 13).

Desse modo, a atividade dos comunistas do PCI no espaço do Parlamento Europeu era uma das prioridades e uma das táticas fundamentais para a estratégia de reformas e de alianças políticas. O PCI havia se tornado, ao longo das décadas, um partido político em sentido estrito, ao invés de aprofundar o caráter de organizador das classes trabalhadoras e debatedor da questão meridional italiana. Portanto, em nível nacional e internacional as bandeiras de luta do PCI foram mudando em direção à aceitação do capitalismo como sistema e da democracia como sua forma (AGOSTI, 1999: 125).

Os comunistas italianos tinham seguido seu próprio caminho: o do enraizamento na democracia e na nação e, portanto, um caminho de tipo reformista, certamente não diferente daquele das maiores social-democracias europeias (TORTORELLA, 1998: 43).

No XVIII Congresso é que finalmente as propostas de sair definitiva e claramente do espaço comunista foram postas no PCI. Para muitos militantes a iniciativa de mudar o nome do partido aparecia como uma surpresa dado o distanciamento entre o grupo dirigente e as bases, também por uma ausência de autocrítica que colocasse em termos teóricos o que era o PCI. Mas era um movimento de uma parte significativa do partido que via nas práticas do comunismo histórico um descompasso com a realidade em mudança no cenário europeu.

Menos de 24 horas depois da queda do Muro de Berlim, [Occhetto] aproveitou o momento de emoção para anunciar num discurso em Bolognina que pretendia mudar o nome do partido(...). Fora de seu círculo mais próximo, a súbita iniciativa de Occhetto pegou todos de surpresa, até mesmo na liderança do PCI (ANDERSON, 1996: 94).

A escolha estratégica - não tática – de parte do PCI foi a defesa da democracia no Estado italiano e na sociedade europeia, entendida como forma de desenvolvimento político-social rumo ao

³ O Tratado tinha estabelecido a criação de uma Política Externa de Segurança Comum, promovendo uma identidade europeia com a reativação de uma antiga estrutura militar, a União da Europa Ocidental, como o braço armado europeu em aliança com a NATO. A configuração burocrática da UE foi reorganizada em Maastrich, com a adoção da Comissão Europeia, do Conselho Europeu, do Parlamento Europeu e do Tribunal de Justiça da UE como os principais organismos do seu funcionamento.

socialismo ainda que com períodos de crises políticas, ao custo de dissolução política do partido. Pela surpresa do giro à direita proposta pela direção do partido comunista, um outro congresso foi convocado em 1990. Nesse congresso, em Bologna, os *cossuttiani*, parte dos *berlinguiani*, os *ingraiani*, e os aderentes do *Il Manifesto* eram contrários às propostas de mudanças do PCI, mas a outra parte dos *berlinguiani* e os *miglioristi* viam as reformas como necessárias.

O *intellectual* coletivo europeu passou a ser o Banco Central, uma instituição com poderes supranacionais e com capacidade de submeter instituições e Estados diante da necessidade dos grandes grupos de terem estabilidade econômica dentro da UE, concentrando a poupança e a colocando à disposição das grandes indústrias e conglomerados, agindo verdadeiramente como um poder acima dos Estados e das necessidades das classes trabalhadoras⁴.

A derrota de Gorbachev na URSS empurrou uma parte do mundo à desordem da passagem de um mundo ao outro, à *restauração* do capitalismo (MAIELLO, 2011). O XX e último Congresso do PCI ocorreu em 1991, em Rimini, no qual o fator essencial foi a sua dissolução e a formação do PDS (*Partito Democratico della Sinistra*). O novo partido estaria em consonância com as mudanças de tempos, estaria aberto ao diálogo da globalização, longe do centralismo-democrático, prevaleceria em seu interno o autonomismo e o poder das lideranças.

Prendendo le mosse dalla caduta del muro di Berlino, egli proponeva al Pci di sciogliersi e di dare vita alla costituente di una nuova formazione politica che si sarebbe collocata nell'Internazionale Socialista (VACCA, 1997: 195).

A perspectiva era de derrota e de uma nova oportunidade para a esquerda, a nível mundial. O projeto que tinha nascido com a revolução bolchevique havia chegado praticamente ao fim, e levado consigo diversas forças políticas, voluntaria e involuntariamente. Ainda que a discussão sobre a renovação buscasse estar dentro das mudanças mundiais, a contribuição fundamental foi, por um lado, a admissão de que o papel político do PCI *tourt court* não tinha mais espaço na realidade italiana e o sepultamento formal da velha ideia comunista e o nascimento do PDS traria uma nova esperança - nos dois casos as derrotas *prática* e *ideológica* se reforçaram.

Nasceu o PDS, e depois o seu programa foi pensado sem as delimitações ideológicas de um partido comunista. O foco passou a ser a elaboração de propostas de governo – finalmente muitos daqueles que estavam no PCI podiam agora enveredar diretamente para o campo da *pequena política* envolta no governo num Estado que, pelas suas relações históricas, era corrupto,

⁴ Os comunistas e o centro-esquerda de diversos países já tinham convergido para esse sistema desde os anos 1980, aderindo ao espírito de europeização liberal (GIOIELLO, 2013).

degenerado.

De fato, no PCI a *via italiana ao socialismo* não teve continuidade, não chegou longe. Justamente por ter privilegiado a via de governo em oposição à perspectiva de impulsionar lutas pela construção de um Estado baseado nas classes trabalhadoras, desde fins dos anos 1980, o PCI já não podia mais ser considerado um partido comunista, era um partido interessado na democracia e na justiça *strictu sensu* (VACCA, 1997). Um novo movimento nasce nesse mesmo congresso; com quase cem membros, a *Rifondazione Comunista*, uma *cisão* do desmembramento do PCI (DEL ROIO, 2005). No I Congresso do Partido da Rifondazione Comunista, ainda em dezembro de 1991, as correntes organizadas foram admitidas no partido, foram eleitas as direções e a RC perdura ainda hoje como um pequeno partido na Itália.

Diferente dos comunistas da RC, o PDS já estava totalmente voltado para a atividade eleitoral. Todavia, os resultados eleitorais entre 1992 e 1994 foram inferiores aos anteriores, demonstrando o fracasso da transformação planejada do ponto de vista dos próprios objetivos políticos, consagrando inclusive a decadência de toda a esquerda, não apenas a comunista. Logo nas primeiras decisões dentro do PDS, Occhetto não conseguiu votos o suficiente para estar na liderança do novo partido, causando grande confusão e desmoralização interna. Em 1992, começou a chamada Segunda República. Nas eleições de 1992 a esquerda se dividiu, o PDS ficou com 16,1% dos votos, o PSI com 13,6% e o RC com 5,6%.

Ano/Partido	RC	PDS
1992	117511	769944
1993	120911	690414
1994	113495	698287

Tabela 2: Resultados eleitorais da RC e PDS entre 1992 e 1994.

Fonte: <http://elezionistorico.interno.it/>

Já nas eleições europeias de 1994, o PDS conseguiu 16 postos para o Parlamento Europeu, enquanto que a RC obteve 5, um a menos que a direita italiana na Lega Nord que estava em processo de fortalecimento. O fim da I República também ocorreu pela caça aos antigos políticos corruptos na chamada *reforma eleitoral e moral* nos casos da *tangentopoli* e das operações *manipulite* o que implicou no envolvimento de pelo menos um terço dos parlamentares em suspeitas de relações mafiosas. Foi um “acerto de contas dentro da velha ordem” (ANDERSON, 1996: 99).

A realidade política com o PCI e sem o PCI não continuou por nada a ser a mesma. As

consequências da dissolução do PCI se fazem sentir até hoje. A derrota, antes, o *suicídio*, significou a falência completa da estratégia de revolução democrática; uma democracia escolhida, desenvolvida e posta a serviço da CEE, então UE. A renúncia à luta consagrou, fortaleceu e transformou em outro nível as derrotas *prática e ideológica* pela desagregação do partido numa *derrota política*: “Un imenso patrimonio politico, storico, umano andò cosi perso” (LIGUORI, 2009: 36).

O problema da revolução e da democracia liberal em Portugal

A integração de Portugal no espaço europeu primeiro passou pela transformação interna de um regime ditatorial, a ultima remanescência do fascismo, através de uma revolução que contou com a efervescência das classes trabalhadoras, com a vontade dos partidos de esquerda e com a profunda crise aberta com as lutas pelo fim da colonização lusa em diversos países. A relação de Portugal com o mundo era muito limitada e o sentido colonizador indicava uma politica na qual a rapina beneficiava apenas os grupos dominantes. Motivações para uma revolução não faltavam e foi possível sua realização; mas a contra-revolução também tinha sua alma viva e uma sua estrutura em funcionamento (VARELLA, 2011).

A perda do espaço de *hegemonia* por parte das forças de esquerda que impulsionaram a revolução portuguesa em 1974 se deu de diferentes formas. Os primeiros passos dados pelos governos provisórios após a *Revolução dos Cravos* foram no sentido da criação de uma estrutura econômica que permitisse um desenvolvimento social através da criação de uma forte estrutura econômica, porém renegando a participação das classes trabalhadoras, privilegiando as formas clássicas de relação entre sociedade política e as classes trabalhadoras. Rapidamente o cenário político passou do aprofundamento da revolução que havia aspectos de transição socialista para um caráter abertamente liberal. Exemplo disso foi a reforma constitucional de 1982, um dos primeiros passos para reverter política e juridicamente a revolução dos Cravos, estabelecendo sobretudo a *reificação da consciência*. Na Constituição da República Portuguesa, que data de 1976, constava que:

A República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democráticas, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício

democrático do poder pelas classes trabalhadoras (PORTUGAL, 1976: 17).

Com as reformas de 1982, o *Conselho da Revolução* deixou de existir e os aspectos ideológicos a respeito do socialismo foram retirados, permitindo a regulamentação da flexibilização econômica e a criação de uma Tribunal Constitucional. Um país em vias de desenvolvimento ao socialismo não interessava à já em funcionamento CEE. O PCP mesmo se mantendo contrário à integração, não conseguiu ir além da luta pela *defesa* das conquistas de Abril, as quais foram sem dúvida fruto das lutas e pressões das classes trabalhadoras sobre o Estado e os governos provisórios.

Porém,

Nos anos 70, com a Revolução dos Cravos, Portugal passou por uma crise própria de consciência em relação, por um lado, à sua função atlântica e, por outro, em relação ao Leste Europeu. A própria expressão “Europa do Leste” era cada vez mais tomada pejorativamente em Portugal e alhures. Especialmente (no caso luso) depois da derrota do setor radical da revolução e, no caso europeu em geral, a partir da invasão do Afeganistão e das contestações internas na “Europa Comunista” (SECCO, 2004: 193).

Economicamente a dependência se mantinha e se aprofundou em relação aos *Centrais*. Durante o X Congresso, em 1983, os comunistas do PCP tomavam como ponto tático-estratégico *continuar Abril*, isto é, assegurar a continuidade da reforma agrária, assegurar as nacionalizações e o desenvolvimento econômico rumo ao socialismo, combatendo a contra-revolução (CUNHAL, 1994). Para isso, o PCP insistia na demissão do governo do PS/PSD, e na necessidade dos comunistas participarem do governo.

Nem mesmo a CIA, o SPD alemão e outros partidos europeus estavam convencidos, em 1985, da possibilidade de vitória do PS, tanto é que obtiveram pouco financiamento externo. Mas os poucos foram o suficiente para que, combinado com o arranjo de forças internas, Mário Soares chegasse como líder do governo, ainda que por pouca vantagem e assumisse um país dividido. Daí em diante a participação do PS nos interesses europeus se dava de modo direto, ainda mais pelo fato que no PS estavam os militantes mais empenhados na adesão (MATEUS, 1996: 281).

A terceira onda democratizante, iniciada justamente com a revolução em Portugal, teve na contra-revolução a absorção do pluralismo europeu e teve na busca de uma *ética* abstrata o mote de convivência entre as forças políticas do pós-25 de Abril (HUNTINGTON, 1994). Com isso, a hegemonia se deu através da burguesia portuguesa e europeia, visto que a questão da unidade nacional significou a edificação da democracia liberal. O PS já era reconhecido como o partido articulador dos interesses portugueses internacionalmente e detentor da maioria eleitoral, tendo o

papel e a responsabilidade de fomentar a liberalização das relações econômicas lusas e o de trazer para dentro do país a estrutura econômica da CEE (MATEUS, 1996: 265; VARELLA, 2011).

O PCP, por sua origem e por sua ideologia, manteve e ainda mantém um dos mais altos índices de militantes inscritos e ativos dos partidos de Portugal. Porém, em termos eleitorais não há uma correspondência entre número de eleitores e o de militantes: o PCP não conseguiu realizar grandes campanhas ideológicas de massa ao longo de sua história. Nas eleições legislativas, o PCP teve um movimento decrescente no Parlamento; dos 230 deputados portugueses, o PCP obteve:

Ano	Deputados	Porcentagem (%)
1976	40	14,3
1985	35	15,4
1987	29	15,4
1991	15	8,8
1995	13	8,5

Tabela 3: Deputados do PCP nas eleições legislativas

Fonte: <https://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/resultadosseleitorais.aspx>

Em várias das eleições a tática das alianças foi o que auxiliou o PCP a não sofrer uma queda ainda maior. A flexibilidade e a indefinição ideológica dos outros partidos, somado com os financiamentos que permitiram campanhas de massas, desfavoreceram a estratégia dos comunistas que, entre 1975 e 1983 (JALALI, 2003: 558). O eleitorado português, diante das posições mais distantes de um centro do PCP pela esquerda e do CDS pela direita, se expressou mais centrista.

Com o ascenso do PS no domínio nacional, o PCP tinha desenvolvido sua influência sobre o MDP, o Movimento Democrático Português, que durou da revolução até a entrada de Portugal na CEE, quando o PCP passou então a realizar outras alianças para sobreviver e se adequar às novas forças políticas, como com os *Verdes*. Na reforma de seu programa político, de 1988, foi feito um balanço sobre as várias modificações que o país havia sofrido após as reversões das conquistas do 25 de Abril, entre elas a “ofensiva contra os direitos dos trabalhadores”, “ofensivas contra as nacionalizações e outros setores não capitalistas”, “contra a reforma agrária”, e prepondera que:

A integração de Portugal na CEE, contra a qual o PCP justamente lutou, é globalmente prejudicial aos interesses nacionais e criou novos obstáculos e novos condicionalismos a uma política conforme com o regime democrático criado pela Revolução de Abril e inscrito na Constituição da República (PCP, 1988: 17).

Se o processo contra-revolucionário havia adiado a possibilidade de construção de uma *nova sociedade democrática*, tornar o funcionamento da CEE em benefício do *povo português* foi a oportunidade que o PCP conseguiu ver a partir da inevitabilidade da integração para avançar em seu programa, isto é, “utilizar a favor de Portugal todos os meios e possibilidades abertas por políticas comunitárias” (PCP, 1988: 18).

Desse modo, não abrindo mão o caráter marxista-leninista em sua estratégia, o PCP passou a atuar criticamente dentro dos espaços da CEE, buscando promover políticas que desenvolvessem as regiões mais vulneráveis de Portugal, principalmente na agricultura e na pesca (MACHADO, 2009). Uma dura tarefa, pois a CEE significou explicitamente a derrota de um ponto estratégico defendido pelo PCP: a ruptura da *soberania nacional*.

É importante notar que dentro do contexto da Guerra Fria o bloco soviético também se encontrava em crise e em processo de profundas reformas, restaurando aspectos do capitalismo em seus territórios e, conseqüentemente, contribuindo para a falência ideológica comunista. Desse modo, o papel que cumpriram as forças pró-CEE em Portugal foi fundamental: nos anos 1980, especialmente com a entrada em vigor do *Ato Único Europeu*, o PCP passou a ser um partido ainda mais reduzido na cena política europeia num momento em que, demonstrada a capacidade de estabilização política do país que havia o PS, as reformas integrativas avançavam forte e rapidamente em Portugal.

Manter a identidade em tempos de crise

A hegemonia de alguns dos países da CEE era e ainda continua sendo um ponto crítico da integração, sendo que as maiores potências da zona euro conseguem dirigir os processos de integração que, dadas as estruturas produtivas e sociais de Portugal, afetam diretamente as classes trabalhadoras. Desse modo, o PCP sugere que a integração não seja ignorada por ser um fator que proporciona o *desenvolvimento* português, mas que então seja modificada a política do governo e de sua relação com o bloco europeu, respeitando a *identidade* e os *interesses* do país (PCP, 1988).

Ainda em 1988, durante o XII Congresso, o PCP restabeleceu seus objetivos políticos tendo na democracia *participativa* a chave inovativa. O estabelecimento de um Estado democrático participativo e de uma economia mista foram umas das fórmulas políticas encontradas para atender às necessidades de adequação da estratégia do PCP ainda dentro da perspectiva de construção do socialismo. Adequando sua política para a utilização do Estado e da CEE em favor do desenvolvimento tecnológico, produtivo, social, o que geraria no partido uma discussão sobre sua

identidade comunista, afinal, o PCP passou a integrar-se no âmbito físico e léxico comunitário, como se verifica a partir do significado da tática da *democracia avançada*⁵.

O quadro político português se tornava ainda mais próximo ao europeu com a reforma constitucional de 1989, a qual, após a primeira reforma que retirou o conteúdo ideológico da constituição, tornou o sistema econômico ainda mais aberto, acabando com a irreversibilidade das nacionalizações, abrindo espaço para as privatizações. A democratização da CEE seria então um aspecto a mais na luta pela *revolução democrática nacional* do PCP, o que, conseqüentemente, passa pela libertação do país dos monopólios e na promoção de uma política de cooperação e paz (CUNHAL, 1994). Isto é, a *democracia avançada* pressupõe a rejeição à NATO e à política neoliberal burguesa da CEE.

A Carta da integração na Comunidade Europeia e a promessa de estender para os portugueses um padrão de vida semelhante ao dos europeus que uma parte significativa da população conhecia pela importância econômica dos emigrantes na frágil economia do país era seu trunfo mais importante (ARCARY, 2004: 85).

Durante sua atuação dentro da CEE, os comunistas portugueses não deixaram de realizar as críticas ao imperialismo europeu e às arbitrariedades da CEE; é ainda é uma posição que permanece: o PCP ainda realiza o combate à comissão da *Troika*, à *Comissão Europeia*, ao *Parlamento Europeu* e ao *Banco Central Europeu* (TOMASSONI, 2015). Por outro lado, o *progresso* foi justamente a chave propagandística promovida pelo PS, de modo a sustentar por mais diversos anos a direção do país sob seu domínio:

Portugal é membro, de pleno direito, há vinte anos, da Comunidade que, em 1992, com o Tratado de Maastricht, se tornou uma União livre não só de Estados mas também de Povos – salto importante! - dando assim um passo mais no caminho de uma unidade política de tipo federal (SOARES, 2005: 1).

Diante da difícil situação dos comunistas em tempos de profunda crise ideológica e organizativa e tendo uma oposição forte que associava os comunistas portugueses à degeneração soviética, o PCP teve uma queda na representação parlamentar interna e no espaço do Parlamento Europeu sua presença se deu através de alianças e com uma representação também muito pequena:

Ano	Deputados	Porcentagem
1987	3	11,5

⁵ “A democracia avançada que o PCP propõe e preconiza tem como objetivo alargar crescentemente o alcance e o exercício das liberdades individuais e coletivas, e a garantia efectiva dos direitos dos cidadãos” (PCP, 1988: 25).

1989	4	14,4
1994	3	11,1

Tabela 4: Eurodeputados do PCP

Fonte: http://eleicoes.cne.pt/sel_eleicoes.cfm?m=raster

Como outros partidos, o PCP permaneceu na oposição crítica na UE, atuando em seus organismos como uma força contra-hegemônica. Atua ainda como oposição numa área de união econômica e de desunião política. O Partido Comunista Português a nível nacional é uma força histórica e relativamente expressiva ao ser uma *alternativa* pela esquerda; a nível europeu passou a compor a chamada *Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde* (PCP, 2012).

O Desmanche comunista durante a restauração

O desenvolvimento social com melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras ocorreu em todos os países dentro da CEE. Aprofundar a *unificação* seria então prosseguir numa estrada de sucesso para todas as classes? Ao mesmo tempo em que o crescimento europeu ocorreu com a UE, a política imperialista também expandiu-se em várias partes do globo – o que é importante para ressignificar a presença da UE no mundo globalizado em oposição às visões que tomam a UE *em si*. Realmente, foi um período de grandes transformações da forma política de dominação do capital: a UE como um conjunto de Estados pluri-nacionais apareceu como uma conformação geoespacial delimitada e privilegiada da acumulação de capitais.

Num quadro em que a UE impôs uma interdependência econômica às classes trabalhadoras, a busca pela *independência econômica nacional* sem o apoio das classes trabalhadoras de outros países é um problema para a estratégia da revolução e um erro – o problema não reside na interdependência, mas na apropriação privada de seus frutos. O mercado mundial foi chave para a criação da União Europeia, para a unidade política do mercado comum já consolidado e definido. Mas a economia capitalista, anárquica por natureza, possui limites, inclusive limites políticos⁶.

Como debateu a militante e teórica do movimento comunista Rosa Luxemburgo, as reformas esbarram nos interesses dos capitais e a luta política por reformas não necessariamente significa a elevação das classes trabalhadoras ao poder. Nesse sentido, é importante notar o caráter do Estado italiano e português e das instituições europeias, isto é, seu caráter de classe, pois as reformas

⁶ “Of course, temporary agreements are possible between capitalists and between States. In this sense a Unit State of Europe is possible as an agreement between the European capitalists...but to what end?” (LÊNIN, 1967: 670).

produzidas no âmbito das adesões foram reformas de classe do capital sobre o processo de produção do capital (LUXEMBURGO, 1999: 46).

A derrota dos comunistas em cada país e a derrota ideológica e política do movimento comunistas internacional com a derrocada da URSS contribuiu para o alargamento da esfera de ação da União Europeia no Leste, servindo de exemplo político-formal e portando instituições e estruturas nos países que passavam dos regimes soviéticos à regimes democrático-liberais. Na UE a democracia não era e ainda não é um elemento supérfluo, ao contrário, a forma política democrática encontrou terreno propício no desenvolvimento do capitalismo europeu, levando as diversas classes a terem representação no parlamento, nos nacionais e no europeu, inclusive através da participação dos comunistas.

A falência da URSS não significou a falência da ideologia e do programa da revolução socialista, mas o fato é que a *restauração burguesa* no leste europeu e na Rússia significaram o desmantelamento completo das organizações das classes trabalhadoras e impuseram uma derrota às estratégias de revolução que os PCs haviam adotado e procuravam por em prática há décadas. A reunificação da Alemanha sob o domínio da República Federativa foi um exemplo da trajetória de unificação da Europa sob a égide da forma política democrática e da forma econômica baseada na propriedade privada individual. “A divisão e a concorrência eram o segredo desse ritmo anormal; o individualismo e a democracia eram a sua pedra de toque. A questão alemã estava, em termos das relações internacionais, no centro de todo problema” (TELO, 1999: 77).

Diante da incapacidade de uma inovação revolucionária na estratégia comunistas, a social democracia pôde realizar seu programa de modo mais profundo.

Entretanto, como referi, em 1992, cumprido o desafio de Jacques Delors e criadas as bases do Mercado Único Europeu, a CEE transformou-se em União Europeia, dando um enorme passo no seu aprofundamento político, em parte para responder ao colapso internacional do universo comunista (SOARES, 2005: 5).

As classes trabalhadoras certamente podem conseguir melhorias das condições de vida através das lutas que ainda desenvolvem dentro da área UE. Mas a resposta dada pelos partidos, governos e Estados da UE foi a da *integração desigual e combinada* das classes trabalhadoras na esfera do livre mercado que, pela sua lógica, é uma expressão das novas formas de acumulação após as crises dos anos 1970. O problema que permanece é o da organização da força, pois permanece a tarefa histórica das classes trabalhadoras de transformarem a realidade diante de momentos decisivos.

Considerações

O PCI se encontrava dentro de um país sob ocupação nazista e norte-americana, e com as classes trabalhadoras do norte tomando o poder. A guerra civil e o aprofundamento do caos eram iminentes. A reunificação do país e a escolha por uma saída pacífica não foram decisões tomadas apenas pela direção do PCI: desde Yalta e Potsdam as áreas de influências estavam combinadas.

Dentro da CEE o PCI poderia ter atuado como um partido comunista realizando críticas e denúncias, em diversos momentos foi, mas prevaleceu a adaptação e a recusa de um modelo rígido e degenerado. A partir das decisões de Maastrich e dentro da UE seu desempenho foi outro, assumiu inteiramente a forma democrática da Europa mudando de conteúdo em um relativamente médio período de tempo e de face repentinamente. Muitos dos militantes comunistas não aceitaram, prosseguiram de outro modo a luta italiana pelo socialismo que modestamente ainda existe, uma luta que no espaço da UE não há possibilidade de ser basicamente nacional.

No funcionamento da democracia liberal a busca comunista foi pela edificação de um *welfare*, tal como nos outros países europeus, possibilitando a incorporação de melhorias nas condições de vida das classes trabalhadoras. A dialética de recusa da participação na CEE e ao mesmo tempo o aproveitamento dos benefícios mínimos que eram oferecidos, impelia o PCP a atuar em defesa das conquistas da revolução de modo que a liberalização da economia portuguesa não trouxesse danos extremos e levasse as classes trabalhadoras à miséria. A condição subalterna do PCP no cenário nacional, a estratégia da revolução em etapas e a falta de um novo projeto revolucionário são problemas da esquerda em geral na luta pela emancipação humana e dos comunistas lusos em particular. Em Portugal, nos últimos anos, os acordos de *austeridade* estabelecidos entre a UE/FMI/BCE com o PS/PSD/CDS em busca de ajustes financeiros levaram as classes trabalhadoras à crise e à submissão aos interesses do grande capital europeu.

A UE não se constituiu um espaço de paz e cooperação. As crises políticas abertas com outras áreas do mundo, as guerras que cooperou e coopera, o apoio dos Estados às oligarquias financeiras, estão acima da política de *direitos humanos* propagandeada dentro e fora de seu espaço, e tão cara aos problemas mundiais. As históricas crises migratórias são exemplo do caráter anti-democrático e imperialista dos Estados membros, por exemplo. A União Europeia é uma união econômica, política, hegemonizada por alguns Estados, e a sua desintegração pode decorrer de uma necessidade de redefinição dos países e grupos hegemônicos, mas uma sua qualitativa

transformação pode surgir da ascensão de uma perspectiva socialista, justamente pelo caráter internacional da economia europeia.

Bibliografia

- AGOSTI, A. *Storia del PCI*. Roma: Editori Laterza, 1999.
- ANDERSON, P. *Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARCARY, V. *Quando o Futuro era Agora. Trinta Anos da Revolução Portuguesa*. Revista Outubro, n.11. São Paulo, 2004.
- BERLINGUER, E. *La Passione Non È Finita*. Editori Einaudi: Torino, 2013.
- CUNHAL, A. *A Revolução Portuguesa: o passado e o futuro*. Lisboa: Edições Avante!, 1994.
- DEL ROIO, M. *O movimento socialista do século XXI: a experiência italiana da refundação comunista*. In: Galvão, A. (Org.). *Marxismo e socialismo do século XXI*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 71-86.
- GIOIELLO, V. *Contraddizioni del Processo D'Integrazione Europea*. Rivista Antonio Gramsci Oggi. Itália: Dicembre, 2013.
- GRAMSCI, A. *Quaderni Del Carcere*. Giuli Einaudi Editore, Torino: 1975.
- HUNTINGTON, S. *A Terceira Onda. Democratização no final do século XX*. Editora Ática: São Paulo, 1994.
- JALALI, C. *A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspectivas futuras*. Revista Análise Social, vol. XXXVIII (167). Portugal, 2003.
- LÊNIN, V. *Selected Works*. Moscow: Progress Publishers, 1967.
- LIGUORI, G. *La Morte del PCI*. Roma: Manifestolibri, 2009.
- LUXEMBURGO, R. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- MACHADO, A. M. *O Binômio “Esquerda/Direita” no Portugal pós-25 de Abril*. Revista Lusófona de Ciência Política, n.9. Edições Universitárias Lusófonas, 2009.
- MAIELLO, M.; ALBAMONTE, E. *Nos Limites da Restauração Burguesa*. Revista Estratégia Internacional Brasil, n.5. São Paulo, 2011.
- MATEUS, R. *Contos Proibidos: Memórias de um PS Desconhecido*. Publicações Dom Quixote: Lisboa, 1996.
- MORELLI, U. *Storia dell'Integrazione Europea*. Guerini, 2011
- PCI. *Le Grandi Scelte del PCI: Sessanta Anni Nella Storia*. Fratelli Spada, Roma: 1981.
- PCP. *Proposta de Programa do Comitê Central para o XII Congresso do PCP. Portugal: Uma democracia Avançada no Limiar do Século XXI*. Centro de Documentação 25 de Abril, Coimbra: 1988.

- _____. *Programa e Estatutos*. Partido Comunista Português. Lisboa: Edições Avante, 2012.
- PORTUGAL, *Constituição da República Portuguesa*. Lisboa, 1976.
- SECCO, L. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Alameda, 2004.
- SOÁRES, M. *Direita e Esquerda*. Textos Mário Soares. Arquivo e Biblioteca Fundação Mário Soares, 2005.
- TELO, A. J. *A Questão Alemã e a Unidade Europeia*. in *A construção Europeia*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.
- TOMASSONI, F. *Il Partito Comunista Portoghese e l'Europa*. Marx.21.it. Publicado em: 25/09/2015, disponível em: <http://www.marx21.it/comunisti-oggi/in-europa/25552-il-partito-comunista-portoghese-e-leuropa.html>.
- TORTORELLA, A. *Appunti sulla fine del Pci*. Rivista Critica Marxista (Itália). num 2, 1998.
- VACCA, G. *Vent'anni dopo: la sinistra fra mutamenti e revisioni*. Torino: Einaudi Editori, 1997.
- VARELA, R. *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand Editora, 2011.